

Do campo simbólico à luta pela «verdade»: pensando a Ciência à luz de Bourdieu, Laclau e Mouffe

From the symbolic field to the discursive struggle: thinking about Science in the light of Bourdieu, Laclau and Mouffe

Del campo simbólico a la lucha discursiva: pensar la ciencia a la luz de Bourdieu, Laclau y Mouffe

Gabriel Bandeira Coelho*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil

gabriel.bandeira@ufrgs.br

ORCID: 0000-0003-3579-582X

Alice Hübner Franz

Universidade Federal do Rio Grande. Santa Vitória do Palmar, Brasil

Alicefranz1@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8475-2178

Everton Garcia da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil

eve.garcia.costa@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4446-2173

Citar como: Bandeira Coelho, G. *et al.* (2026). Do campo simbólico à luta pela «verdade»: pensando a Ciência à luz de Bourdieu, Laclau e Mouffe. *Desde el Sur*, 18(1), e0013.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central contribuir à análise da ciência mediante a articulação de novas possibilidades de compreensão das nuances complexas que permeiam esse campo. Para isso, busca-se construir uma ponte epistemológica entre a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Em suma, este texto discute de que forma a concepção de campo científico, proposta por Bourdieu, pode ser articulada pelo enfoque discursivo laclauniano e mouffeano. Para tanto, toma-se aqui a própria ciência como discurso, formado por articulações políticas entre suas partes constituintes, visando demonstrar que o diálogo entre tais teorias poderá ampliar a potência de leitura

* Autor corresponsal: Gabriel Bandeira Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. Correo: gabriel.bandeira@ufrgs.br

do campo científico enquanto um campo permanente de disputas por poder e hegemonia, não neutro e passível de ser contestado. Conclui-se, ademais, que ambas teorias possuem significativa capacidade para se complementarem na própria diferença entre elas, sobretudo no que diz respeito à análise da ciência no âmbito da sociologia do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Ciência, campo, discurso, poder, hegemonia

ABSTRACT

This article aims to contribute to the analysis of science by articulating new possibilities for understanding the complex nuances that permeate this field. To this end, it seeks to construct an epistemological bridge between Pierre Bourdieu's Theory of Fields and Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory. In summary, the text discusses how Bourdieu's conception of the scientific field can be articulated through a Laclaudian and Mouffean discursive approach. Accordingly, science itself is understood here as a discourse, constituted through political articulations among its constituent elements, with the aim of demonstrating that the dialogue between these theoretical perspectives can enhance the analytical potential of the scientific field as a space of permanent disputes over power and hegemony—non-neutral and open to contestation. It is further concluded that both theories display a significant capacity to complement one another precisely through their differences, particularly with regard to the analysis of science within the field of the sociology of knowledge.

KEYWORDS

Science, field, discourse, power, hegemony

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo central contribuir al análisis de la ciencia mediante la articulación de nuevas posibilidades de comprensión de los matices complejos que atraviesan este campo. Para ello, se propone la construcción de un puente epistemológico entre la teoría de los campos de Pierre Bourdieu y la teoría del discurso

de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe. En síntesis, el texto discute de qué manera la concepción del campo científico propuesta por Bourdieu puede ser articulada a partir del enfoque discursivo laclauiano y mouffeano. Con este fin, la propia ciencia es concebida aquí como discurso, constituido por articulaciones políticas entre sus elementos constitutivos, con el propósito de demostrar que el diálogo entre estas perspectivas teóricas puede ampliar la potencia analítica del campo científico como un espacio permanente de disputas por el poder y la hegemonía, no neutral y susceptible de ser contestado. Se concluye, además, que ambas teorías poseen una significativa capacidad de complementarse precisamente en sus diferencias, en especial en lo que respecta al análisis de la ciencia en el ámbito de la sociología del conocimiento.

PALABRAS CLAVE

Ciencia, campo, discurso, poder, hegemonía

1. Introdução

O presente artigo parte do pressuposto de que o campo científico, longe de ser neutro, constitui-se num espaço social permeado por disputas simbólicas, interesses políticos e articulações que reivindicam hegemonia e, portanto, os monopólios da autoridade científica. Desde a obra *Genesis and Development of a Scientific Fact*, de Ludwik Fleck (1935), até os dias de hoje, uma série de estudos tem aprofundado o debate sobre a relação intrínseca entre ciência e sociedade. Pensadores como Karl Mannheim, Karl Popper, Robert Merton, Thomas Kuhn, os expoentes do Programa Forte da Sociologia (David Bloor), além de nomes como Bruno Latour, Karin Knorr-Cetina e Harry Collins, entre outros, trazem contribuições no sentido de evidenciar essa interdependência entre conhecimento e contexto social (Coelho, 2021). Embora suas abordagens apresentem diferenças significativas, convergem no esforço de desvendar os fatores sociais que moldam a produção científica (Coelho, 2021).

Imerso nesse contexto dos estudos sociais da ciência, especificamente da Sociologia da Ciência, este artigo entende a necessidade de contribuir para o debate em torno da possibilidade de inserção de novos rumos epistemológicos, teóricos e metodológicos a este campo. Tal necessidade aponta no sentido de lançar olhares sobre teorias sociológicas as quais possibilitam compreender a produção do conhecimento científico a partir de um viés que considere as múltiplas tensões, articulações, alianças e disputas que permeiam a ciência.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, com sua Teoria dos Campos —entre os quais se encontra o campo científico—, se destacou como um dos importantes autores a contrapor a visão da construção de uma ciência desinteressada, tal como preconizada por Merton, propondo compreendê-la como um campo relativamente autônomo, estruturado por lutas simbólicas e estratégias de manutenção de poder (Bourdieu, 2013). A premissa de Bourdieu desmistifica, nesse sentido, o caráter um tanto quanto romantizado —sobretudo a crítica à neutralidade— da teoria mertoniana sobre ciência.

A perspectiva teórica de Bourdieu ajuda a iluminar aspectos relativos às relações de poder em torno da autoridade científica, ou seja, sobre quem é capaz de «falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade» (Bourdieu, 2013, p. 112). Tal assertiva possibilita a compreensão do campo científico enquanto um sistema formado por relações objetivas entre dominantes e dominados, posições estas conquistadas com base nas disputas por bens simbólicos; no caso da ciência, a própria autoridade científica. Diante disso, nosso principal argumento é o de que a lente teórica de Bourdieu pode ser articulada a outra perspectiva teórica, isto é, a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Um diálogo entre esses dois modelos teóricos pode contribuir substancialmente com o campo da Sociologia da Ciência.

A Teoria do Discurso é uma perspectiva pós-fundacionalista e pós-estruturalista que lança luz ao caráter discursivo, contingente e precário do social. A ênfase de Laclau e Mouffe recai em como o social —e neste artigo, o campo científico— é construído a partir de articulações discursivas que buscam tornar-se hegemônicas (Laclau e Mouffe, 2015). Essas articulações, por sua natureza, são sempre provisórias e instáveis, pois buscam construir e sustentar determinados regimes de verdade. Em outras palavras, visam hegemonizar, por meio de disputas agônicas e antagonônicas, um determinado sentido (uma totalidade), ainda que temporária e falível (Laclau e Mouffe, 2015; Mouffe, 2015). Deste modo, o pensamento de Laclau e Mouffe redireciona o foco na estrutura e nas posições estruturais em determinado campo, como faz Bourdieu, para a contingência e precariedade de toda formação discursiva, sempre sujeita a disputas por hegemonia e deslocamentos de sentidos. Isso não significa que Laclau e Mouffe descartam as estruturas. Muito pelo contrário: discurso é estrutura. A diferença reside no fato de que, para os autores, as estruturas são menos rígidas e, portanto, mais flexíveis a deslocamentos, pois são precárias e vazias de sentido pleno.

Nesse sentido, o presente artigo busca relacionar o conceito de campo científico com o arcabouço conceitual de Laclau e Chantal Mouffe. O

objetivo é discutir em que medida a dimensão relacional e estrutural do cabedal teórico bourdieusiano pode ser enriquecido e ampliado pelo enfoque discursivo laclauiano e mouffeano. Para tanto, toma-se aqui a própria ciência como discurso, constituído de articulações políticas entre suas partes formadoras, visando mostrar que o debate entre tais modelos teóricos pode ampliar a potência de leitura do campo científico enquanto um campo permanente de disputas, não neutro e passível de ser contestado.

Por conseguinte, este artigo encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção se apresenta as principais contribuições de Pierre Bourdieu à Sociologia da Ciência, sobretudo a partir dos conceitos de campo e capital simbólico. Já na segunda seção são apresentados os conceitos balizadores da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, especialmente, a noção de discurso, hegemonia, articulação, antagonismo e agonismo. A intenção aqui é a de transpor o referencial teórico de Laclau e Mouffe à Sociologia da Ciência com o objetivo de analisar a ciência enquanto campo da discursividade. Por fim, sem o intuito de findar o debate, destaca-se algumas das principais aproximações entre a teoria de Bourdieu e a teoria do discurso em relação ao campo científico como um espaço de luta e poder.

2. A construção do campo científico: contribuições de Pierre Bourdieu

Como funciona a ciência? Por que determinados modelos explicativos da realidade (isto é, teorias) se destacam, ao passo que outros acabam relegados à periferia ou ao ostracismo acadêmico? A validade e a aceitação de uma teoria científica reside numa suposta «melhor adequação» na explicação/compreensão do objeto em relação a outras teorias? De que forma aspectos sociais condicionam não apenas a produção do conhecimento científico, mas o próprio desenvolvimento da ciência? Desde pelo menos a década de 1940, a Sociologia da Ciência —ramo do pensamento sociológico dedicado à investigação da produção interna da ciência, ou seja, à observação da ciência como prática social, como construção coletiva— tem se defrontado com essas questões.

A obra do médico polonês Ludwik Fleck, *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, publicada originalmente em 1935, foi pioneira ao trazer a ideia de que as «verdades científicas» não são absolutas e tampouco se sustentam em aspectos teórico-metodológicos, antes disso, são construções estabelecidas por coletivos (comunidades científicas) que partilham um determinado estilo de pensamento. Desse modo, a definição acerca do que é um problema científico legítimo, os métodos aceitáveis

para coleta de dados, bem como para sua análise/compreensão, não ocorre de forma pura e objetiva, pelo contrário, trata-se de um processo social, que ocorre no âmbito das comunidades científicas. Consequentemente, a ciência não se desenvolve de forma linear: a substituição de teorias/métodos ocorre quando há mudanças na forma de pensamento daqueles que produzem a ciência, ou seja, os cientistas.

As ideias de Fleck são pioneiras da virada que ocorreu na concepção da ciência a partir de meados do século XX. Desde então, a ciência gradualmente deixa de ser vista como uma prática individual, fruto do trabalho isolado de cientistas, para ser observada como uma instituição social, isto é, produto do trabalho coletivo de indivíduos situados num determinado contexto sócio-histórico-político-cultural. Essa virada engloba uma série de autores, entre eles Robert Merton, fundador da Sociologia da Ciência clássica nos anos 1940, o qual, embora considerasse a ciência uma produção social, acreditava que ela tendia à objetividade, desde que regras institucionais fossem rigidamente seguidas; passa por Karl Popper, cujo principal argumento assenta-se na ideia de que determinada premissa científica só pode ser considerada como verdadeira se se prestar a testes de falseabilidade, abalando as bases indutivistas da escola positivista; passa por Thomas Kuhn, para quem a «ciência normal» (aquela realizada no dia a dia dos laboratórios e centros de pesquisa) é produzida dentro de um paradigma, isto é, conjunto de ideias, teorias, métodos e valores compartilhados pelos membros de um comunidade científica; chegando aos autores da chamada Sociologia do Conhecimento Científico, que emerge nos anos 1970, através do trabalho de nomes como David Bloor, Harry Collins, Bruno Latour, entre outros, cujo foco está na relação de coprodução entre ciência e sociedade.

A noção de campo científico desenvolvida por Bourdieu na década de 1970 surge à luz dessas mudanças em direção à observação da ciência como uma construção social e não mais como um ambiente neutro, imune às influências supostamente externas. O ponto central na concepção de Bourdieu reside no argumento de que mais do que tão somente uma construção coletiva, a ciência é um campo concorrencial, em que são travadas uma série de disputas. «O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social» (Bourdieu, 1976, p. 1).

Bourdieu rompe com a noção de ciência «desinteressada» defendida por parte da sociologia da ciência da sua época, sobretudo por Merton, que via o cientista como uma espécie de «herói do saber», cujo interesse final seria antes de tudo a construção de um conhecimento objetivo voltado ao bem-estar da sociedade. Ao contrário, Bourdieu (1976, p. 1)

argumenta que o funcionamento do campo científico por si só já pressupõe um interesse, ou seja, «o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade)» sobre determinado assunto. Logo, haveria um duplo interesse em jogo que orienta a prática científica: i) o interesse da própria ciência em manter sua autoridade frente a outras formas de conhecimento; e ii) o interesse dos próprios cientistas em manter suas posições de autoridade no âmbito do campo científico, ou alcançar posições mais elevadas de prestígio e poder. Conforme as palavras do próprio Bourdieu (1976, p. 2): «todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.)».

O campo científico, argumenta Bourdieu, possui símbolos de distinção e prestígio social —títulos acadêmicos, honrarias científicas, prêmios de reconhecimento, enfim— que estabelecem hierarquias e relações de poder. A autoridade de fala de um pesquisador e o seu próprio reconhecimento entre os pares, conseqüentemente, estão diretamente relacionados à posição que esse sujeito ocupa dentro do campo. Uma análise da ciência que desconsidera esse jogo de interesse e a luta política para alcançar posições de destaque acaba por ser totalmente ingênua e romantizada.

A luta política na esfera da prática científica se materializa, por exemplo, tanto na disputa por créditos (financiamento), recursos físicos (materiais de pesquisa) e humanos (bolsistas) entre os pesquisadores, quanto nas lutas que ocorrem para ocupar os cargos em que tais decisões são tomadas. Por óbvio, um pesquisador pode ser motivado não apenas pela busca objetiva desses capitais simbólicos (uma ação racional relativa a fins, no sentido weberiano), mas também pode ser motivado pela crença (e a ilusão) de que suas descobertas são validadas pelos métodos e teorias empregados, de modo que o capital simbólico e econômico obtido seriam apenas conseqüências, mas nunca os fins (ação valorativa). A questão é que, como um espaço objetivo em que ocorrem lutas por posições de poder, afirma Bourdieu (1976, p. 3), torna-se inútil tentar distinguir «as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas». Em outras palavras, os conflitos científicos nunca se tratam tão somente de divergências epistemológicas (teorias, métodos e objetos): sempre serão, também, disputas por poder. A corrida entre diferentes grupos de pesquisa para desenvolver uma vacina contra um vírus mortal, por exemplo, é simultaneamente uma corrida para salvar vidas e também uma corrida por prestígio, pois o grupo que conseguir concluir primeiro a tarefa gozará de prestígio não só

entre os pares, mas entre o restante da sociedade, podendo ganhar um prêmio Nobel por conta deste feito. Isso provavelmente proporcionará ao grupo mais recursos para o desenvolvimento de pesquisas futuras, numa lógica na qual determinados capitais simbólicos produzem mais capitais, privilegiando aqueles que detêm o monopólio da autoridade científica em detrimento daqueles com menos status e prestígio no campo.

As disputas que ocorrem no campo científico determinam também a própria definição sobre o que é ciência — definição essa feita por aqueles que ocupam as posições mais prestigiadas e, portanto, acabam possuindo autoridade em estabelecer quais teorias e métodos são válidos e pertinentes daqueles que não o são. Do mesmo modo, a própria definição sobre o que é ou não importante de se pesquisar acaba não sendo determinada por critérios puramente científicos. Conforme as palavras de Bourdieu (1976, p. 4) «a tendência dos pesquisadores a se concentrar nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante», tal como ressaltado anteriormente sobre a descoberta de uma vacina para um vírus potencialmente fatal.

Exemplos dessa tendência são abundantes na história da ciência, cabendo mencionar aqui apenas um, já abordado em outro momento (Costa *et al.*, 2023). Em meados dos anos 1990, os videogames já haviam se tornado extremamente populares, e paralelamente ao seu sucesso, crescia a preocupação sobre os possíveis impactos que os games poderiam ter na formação dos jovens. Estabeleceu-se então um certo consenso no âmbito da Associação Americana de Psicologia (APA) de que a prática de jogos violentos levava crianças e adolescentes a desenvolverem comportamentos violentos — inclusive a longo prazo, na vida adulta. Alguns desses estudos chegavam até mesmo a associar massacres em escolas, como o de Columbine, a videogames violentos— sendo mencionados por veículos de comunicação e políticos conservadores, o que gerava publicidade aos autores das ditas pesquisas. Tal visibilidade pública reforçava a posição desses pesquisadores no campo, ampliando o prestígio associado a suas publicações. Como resultado, a produção acadêmica que sustentava essa relação causal superava em número aquela que a contestava.

Todavia, a partir dos anos 2000, parte desses trabalhos passou por uma revisão crítica, e muitos revelaram sérias fragilidades metodológicas. Ferguson (2007) destaca que esse fenômeno se explicava, em grande medida, pelo viés de publicação: artigos que defendiam a ligação entre jogos e violência tinham maior probabilidade de serem aceitos por periódicos do que aqueles que argumentavam o contrário. Nesse caso, mais do que evidências empíricas robustas, estava em jogo um mecanismo característico

do campo científico: a sustentação de determinado argumento pode aumentar as chances de publicação e, conseqüentemente, de obtenção de reconhecimento e capital simbólico.

Segundo Bourdieu (1976), a intensa competição existente no campo científico faz com que a maior parte dos pesquisadores acabe se concentrando nos objetos (e também nos argumentos) mais prestigiados. Por sua vez, aqueles objetos menos prestigiados pelo campo e que tendem a gerar menos capital simbólico acabam ficando em segundo plano. Logo, «não há “escolha” científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes» (Bourdieu, 1976, p. 5). Conseqüentemente, defende o autor, não faz sentido distinguir uma análise imanente ou interna da ciência e uma análise de fatores externos inerentes às condições sociais de produção do saber científico (dimensão internalista versus externalista). Isso porque a ciência é antes de tudo um campo político, um espaço de lutas e de dominação, em que cada pesquisador ocupa uma posição. Nessa disputa, a escolha por determinados métodos ou teorias nunca é feita com base em critérios puramente epistemológicos; é também uma decisão política dependente da posição do pesquisador e orientada por suas estratégias mobilizadas visando conquistar prestígio e autoridade dentro do campo científico.

De posse dos argumentos até aqui elencados, os críticos da noção de campo científico bourdieusiano, em geral, denunciam um suposto determinismo estrutural que limitaria a complexidade da prática científica às relações de poder e às lutas por capital simbólico. Ou seja, Bourdieu acabaria por resumir a ciência às disputas internas por interesse entre os pesquisadores, deixando de lado questões teórico-epistemológicas pertinentes ao conteúdo do saber científico. Além disso, ao limitar os agentes (pesquisadores) às suas posições dentro do campo, Bourdieu estaria subestimando-os, bem como deixando pouco (ou nenhum) espaço para deslocamentos de sentido. Do mesmo modo, sua abordagem estrutural limitaria possibilidades de mudança radical dentro da ciência, uma vez que os pesquisadores, em sua grande maioria, estariam interessados, antes de tudo, em acumular capital simbólico.

Boa parte dessas críticas, no entanto, não se sustentam. Ao conceber o social como um espaço constituído por campos, que por sua vez são marcados pela constante luta entre os agentes, a possibilidade de mudança (deslocamentos de sentido) sempre permanece aberta. As lutas conferem aos campos um dinamismo social. A luta que ocorre no interior do campo científico implica que nenhuma posição é absoluta; todo argumento de

autoridade científica pode, em algum momento, ser questionado. Novas descobertas e teorias podem alcançar um status hegemônico e ocupar a posição de prestígio que outrora foi ocupada por outros modelos explicativos. Essas disputas ocorrem em todas as áreas da ciência, das ditas naturais às sociais. As disputas teóricas existentes no campo da física a respeito da origem do universo são um exemplo disso. Por mais que a teoria do Big Bang seja ainda o modelo hegemônico, sua origem e fim permanecem um grande mistério, dividindo opiniões entre os mais prestigiados astrônomos. *Big Bounce* (crença de que o universo é cíclico e não possui um começo), *Big Crunch* (argumento de que o universo se expandirá até entrar em colapso e se contrair) e *Big Freeze* (crença de que o universo se expandirá até chegar a um ponto de vazio absoluto em que todas as estrelas, buracos negros etc. terão desaparecido) são apenas algumas das diferentes teorias que procuram explicar a origem do universo. No campo das ciências sociais, que já nasceram ancoradas sobre ao menos três matrizes epistemológicas distintas —materialismo histórico-dialético, positivismo e hermenêutica— as disputas teóricas são ainda mais profundas.

Sob a lente teórica bourdieusiana, tais disputas de sentido ocorrem justamente porque o campo científico é aberto e, como já mencionado, essas lutas nem sempre ocorrerão visando acúmulo de capital simbólico. Muitos pesquisadores acreditam na *ilusio*, ou seja, na crença valorativa de que a prática científica deve ser orientada, antes de tudo, pelo compromisso com a verdade.

Enfim, observar o campo científico como um espaço aberto, socialmente construído por disputas de poder e prestígio, tal como é feito na concepção de campo científico desenvolvida por Bourdieu, pode trazer ricas contribuições aos estudos sociais da ciência. Nosso objetivo aqui, além de destacar a riqueza teórica da abordagem bourdieusiana, é compará-la com outra perspectiva de pensamento que também nos possibilita como um espaço de disputas por hegemonia, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.

3. Aportes da Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe para se pensar a Ciência

No âmbito das teorias sociais que se destacaram até o início da segunda metade do século XX —como existencialismo, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, dentre outras— as tensões epistemológicas giravam em torno do dualismo entre ação e estrutura, ou sujeito e objeto. De acordo com Coelho (2021), os representantes da teoria da ação tinham no indivíduo o protagonista social, cujo papel seria o de agente nos processos e dinâmicas sociais. Já para os que defendiam a centralidade da estrutura, as ações dos sujeitos nada mais eram do que produtos da

estrutura, relegando ao indivíduo uma passividade diante das normas e valores culturais.

Por volta dos anos de 1970, sobretudo a partir do maio de 1968, muitas outras formas de interpretar a realidade social emergem com o objetivo de superar a «falsa dicotomia» entre ação e estrutura, debate que atravessou as ciências humanas e sociais por boa parte do século XX. Era chegado o momento, dado o contexto de rupturas sociais que o referido período marcou na história recente do Ocidente, de articular ambos os elementos constituintes do social: indivíduo e sociedade. Autores como Jeffrey Alexander (1987) chamam esse momento de «o novo movimento teórico» na Teoria Social. Dentro desse movimento estão alguns autores do chamado «pós-estruturalismo».

Em linhas gerais, o pós-estruturalismo é um movimento plural e multidimensional, que nasce simultaneamente como uma crítica e uma continuidade do estruturalismo de matriz francesa. O pós-estruturalismo mantém a crítica estruturalista à filosofia do sujeito cartesiano, mas critica também a forma essencialista como o estruturalismo tratou as estruturas subjacentes. Os pensadores pós-estruturalistas trazem à baila a desconstrução da forma essencialista e formalista dada à estrutura pelo estruturalismo, que praticamente aborda o indivíduo como uma engrenagem subsumida em meio às estruturas. Isto não significa, contudo, um abandono das explicações estruturais, mas sim uma nova forma de posicionar tais estruturas no tabuleiro social mediante a noção de descentramento. Em suma, nas abordagens pós-estruturalistas a estrutura é despida do seu centro rígido e fixo que não se desloca, passando, portanto, a jogar o jogo estrutural, articulando-se com a ação, sendo também moldada por esta última numa relação de interdependência. Nesse sentido, o pós-estruturalismo, por um lado, surge em contraponto ao estruturalismo, salientando a fluidez, a contingência, a dimensão histórica e a desconstrução das estruturas essencialistas. Por outro lado, desafia ao mesmo tempo a centralidade do sujeito autônomo e as noções universalistas de razão (Coelho, 2021; Peters, 2000).

Numa perspectiva de radicalização no âmbito do pós-estruturalismo, o pós-fundacionalismo preconiza a ausência de todo e qualquer fundamento último e absoluto, diferentemente do fundacionalismo, característico das metanarrativas modernas (que adotavam como fundamento a razão ou a identidade de classe, por exemplo). Ou seja, ao passo em que o fundacionalismo é marcado pela sustentação de um fundamento inequívoco, final e absoluto e o antifundacionalismo pela ausência de todo e qualquer tipo de fundamento —o que acaba produzindo uma radicalidade do relativismo e do ceticismo— o pós-fundacionalismo não nega

o fundamento. Este último passa a ser considerado produto da desconstrução, representada pela impossibilidade de um fundamento último e pela abertura do social (Mendonça, 2014).

Na esteira da definição do pós-fundacionalismo, Lopes (2017, p. 123) destaca que:

qualquer fundamento é, sobretudo, precário, instável, ilusão de um fundamento sólido. Não é a fundação de um edifício nem um terreno sobre o qual é possível traçar um mapa [...]. Os fundamentos são vazios como o abismo. É o vazio desse abismo que nos impõe a tarefa de construir fundamentos precários, operando no vazio normativo.

E é nesse movimento pós-fundacionalista que se encaixa a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para quem toda e qualquer ordem social é formada por um conjunto de infinitas possibilidades de relações de sentido, formando determinados discursos precários, contingentes e finitos. Os discursos são, dessa maneira, a própria estrutura ou os elementos articulados entre si, cujo objetivo é a produção de sentidos hegemônicos.

Segundo argumenta Panizza (2021, p. 07), «os discursos são linguísticos e materiais por natureza e compreendem tanto o racional quanto o gestual, o afetivo e o emocional». Em específico, para Laclau e Mouffe (2015), os discursos são a totalidade estruturada resultante das práticas articulatórias. Estas últimas caracterizam o sistema de entidades diferenciais que obtêm sentido mediante suas relações de articulação em prol de determinadas demandas e interesses. Logo, os discursos emergem mediante uma lógica em que as demandas coletivas, inicialmente isoladas, passam a articular-se através do processo de equivalência.

Tal relação de articulação produz uma identidade em comum entre os grupos articulados, isto é, um significado compartilhado, cujo intuito é o de assumir o caráter universal, de verdade absoluta e inabalável, e, portanto, hegemônico (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 1993). Nesse sentido, a prática articulatória consiste justamente na busca por fixar sentidos precários e contingentes na tentativa de produzir uma ordem discursiva que intenta estabilizar o social. Portanto, a articulação hegemônica é um movimento precário de busca por fixação de sentidos e, deste modo, não definitivo, que se insere em meio ao contexto de contingência constitutiva do social, ou seja, da impossibilidade de um fechamento último do significado, tornando o social permanentemente aberto a disputas e rearticulações.

Segundo Mendonça e Rodrigues (2008, p. 26), «quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades e grupos sociais são ações sociais

significativas. O social é um social significativo». Isto significa dizer que o tecido social se constitui por meio de intencionalidade, de sentido e, logicamente, de discursos. O discurso não é apenas o pronunciamento de um candidato ou uma senadora num parlatório, como já mencionado anteriormente. Não se reduz apenas à fala, mas engloba também as ações no âmbito de determinado contexto histórico e cultural, que por sua vez pode ser chamado de campo da discursividade. Afirmar tal pressuposto impõe compreender o sujeito para além da sua própria existência. Ele está envolto por uma rede discursiva, a qual determina suas possibilidades de existência, de ser o que é. Dessa maneira, os discursos englobam palavras e ações, demonstrando sua característica material enquanto prática discursiva.

Nessa seara, o conceito de hegemonia é central na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, dando nome à sua obra mais importante: *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, lançada em 1985 (Coelho, 2021), traduzida para o português em 2015. Em resumo, hegemonia é uma operação social pela qual determinado discurso em particular almeja tornar-se dominante e universalizar seu sentido no campo da discursividade, constituindo-se numa fixação precária de significados plenos. É mister salientar que, dessa forma, conforme Lopes (2018, p. 144), «hegemonia equivale ao discurso, um discurso constituinte de uma hegemonia é efeito de uma prática articulatória». Em outros termos, hegemonia consiste no processo pelo qual determinada

particularidade assume a representação de uma universalidade que lhe é inteiramente incomensurável. Sua universalidade é uma universalidade contaminada; ela vive nesta tensão irresolúvel entre a universalidade e a particularidade; sua função de universalidade hegemônica não é uma conquista definitiva, mas, ao contrário, é sempre reversível. [Logo], a sociedade se constitui em torno desses limites (Laclau e Mouffe, 2015, p. 41).

Se hegemonia é discurso, afirma-se que tal processo configura-se numa redução de complexidade do social, cujo objetivo central é transformar determinado sentido em universal e absoluto, como se representasse o fechamento da sociedade, a única verdade possível. Sobre isto, Laclau (2016) salienta que tal fechamento social é impossível. O autor traz à baila o conceito de «des-sedimentação» para justificar seu argumento. «Des-sedimentação», de acordo com Laclau (2016), é o processo de «des-totalização» e «des-fundamentação» do social, pois a sociedade não é capaz de unificação total ou de instaurar um fundamento último e acabado num horizonte pleno de satisfação.

Segundo Laclau (2016), a dimensão contingente dos «atos de instituição política» não aceita a produção de um lugar especial, no qual uma ordem dominante ou soberana possa ser, de fato, estabelecida. «Essa incompletude constitutiva do social é crucial para se compreender o funcionamento da lógica hegemônica» (Laclau, 2016, p. 78). Isso significa dizer que os campos discursivos são constituídos em determinado tempo e espaço, sempre contingentes, precários e vazios de sentido, o que possibilita o estabelecimento de todo e qualquer sentido hegemônico. Ou seja, todo discurso se dá num contexto, mas não será para sempre (Coelho, 2021).

O processo final e sempre aberto do social, cuja possibilidade de um princípio pleno, de um fundamento último, de um horizonte determinado é impossível, mostra a dissolução dos mecanismos de certeza preconizados, sobretudo, pela tradição moderna das metateorias. Nesse sentido, mediante a premissa lacaniana de que o sujeito é o sujeito da falta por não possuir uma essência última, suprimindo essa incompletude por meio dos atos e processos de identificação, Laclau argumenta que a incompletude é a possibilidade de constituição do social. É através da impossibilidade de se ter um social absoluto e universal que se produz o edificar de um social precário e vazio de sentido. «O que faz o político possível é também o que o faz impossível, já que, em última instância, nenhum ato de instituição é inteiramente realizável» (Laclau, 2016, p. 78). Em suma, apenas existe esperança na plenitude do social porque jamais existirá plenitude. Conforme afirma Laclau (2016, p. 78), «a condição de possibilidade de algo é também sua condição de impossibilidade» (Laclau, 2016, p. 78).

É mediante a emergência de discursos hegemônicos que o campo da discursividade é constituído. Conforme Coelho (2021), os discursos surgem das tensões e oposições, ou seja, da negatividade. Isso remete ao conceito de exterior constitutivo, base para entender a dimensão antagônica presente na teoria do discurso e, conseqüentemente, os processos de identificação. Sendo assim, ao explicar como se dá a construção discursiva para Laclau e Mouffe, Coelho (2021, p. 345) destaca que:

Só existe um discurso sobre o paradigma «X» porque existe outro discurso «Y» (contra o paradigma «X»). Eles coexistem na relação de negação e, portanto, conflituosa entre ambos. Todo discurso emerge com a intenção de eliminar o seu oponente, o seu inimigo. Um discurso nasce para sobrepor seu antagônico e, assim, vir a ser hegemônico e dominante no campo da discursividade. Em suma, toda «identidade» (discurso) é, ao mesmo tempo, a negação e o próprio limite discursivo de outra «identidade».

Diante dessa perspectiva, o antagonismo representa o limite de toda objetividade, a qual se revela justamente enquanto parcial e precária,

demonstrando que toda identidade é relacional e depende da exclusão, de um outro que a ameaça, de um «exterior constitutivo» (Laclau e Mouffe, 2015). Tal relação de oposição, «nós *versus* eles», impossibilita o fechamento total do campo da discursividade, já que toda identidade discursiva se constitui a partir da fronteira com a identidade que a nega. Deste modo, o antagonismo se constitui na própria dimensão que forma o discurso a partir de uma relação sempre política, da percepção de uma relação de opressão (Franz, 2024). É, ademais, o que impede que o social se fixe em uma totalidade estável e definitiva. O limite da minha identidade plena é a identidade do outro.

Mouffe (2003) retoma essa discussão ao diferenciar o antagonismo de agonismo, sendo este último definido, em linhas gerais, como um «antagonismo domesticado». Enquanto o antagonismo remete a uma luta/disputa entre inimigos, em que as posições são mutuamente excludentes, sem que seja possível estabelecimento de reconciliação, o agonismo refere-se à uma luta entre adversários (Mouffe, 2003). Para Mouffe (2003), o conflito permanece central, mas acaba sendo direcionado para o âmbito de uma arena democrática, em que as diferenças não são suprimidas, mas reconhecidas como legítimas. Para ela:

[a] especificidade da política democrática não é a superação da oposição «nós/eles», mas a forma diferente pela qual ela se estabelece. O que a democracia exige é formularmos a distinção «nós/eles» de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna (Mouffe, 2015, p. 13).

Nesse contexto, Mouffe (2003) destaca que, na perspectiva da democracia agonística, a definição das fronteiras políticas deve ser feita de modo que o «outro» não seja visto como um inimigo a ser eliminado, mas como um adversário, cujas ideias podem ser contestadas, mas cujo direito de expressá-las e defendê-las deve ser respeitado.

A política, na perspectiva de Mouffe (2003), busca criar uma unidade em um contexto de conflitos e de diversidade. A política é, então, o espaço de disputa pela hegemonia, ligada à criação de um «nós» em oposição a um «eles», e não à busca pelo alcance do consenso pleno. Corroborando tal assertiva, Kozicki (2015) salienta que a teoria da democracia de Chantal Mouffe toma o conflito como categoria seminal à compressão do político, demonstrando a centralidade do dissenso para a democracia. Mesmo que em determinados momentos certa estabilidade e consenso surjam na relação entre os adversários, eles são provisórios, pois não há paz eterna na política.

Tendo em vista os aspectos acima mencionados referentes à Teoria do Discurso, pode-se perceber que ela busca inserir a compreensão do social como resultado de práticas articulatórias que tentam dar sentido à contingência. Cada discurso se constitui em uma tentativa de organizar o campo da discursividade e fixar, ainda que temporariamente, sentidos, mediante a produção de equivalências entre sujeitos que suspendem temporariamente suas diferenças em prol de uma articulação que busca estabilizar provisoriamente os sentidos das identidades, nunca plenamente fechadas.

Entretanto, como já enfatizado ao longo desta seção, esta estabilização é sempre precária e contingente, o que resulta em uma constante disputa discursiva, ou seja, em um movimento permanente de (re)articulação hegemônica. É a partir dessa perspectiva que se compreende o político não como uma dimensão separada do social, mas como constitutiva das sociedades humanas (Mouffe, 2015). Ou seja, é o momento em que os sentidos são disputados, em que são definidas as fronteiras políticas, em que os antagonismos são identificados e novas disputas hegemônicas se formam. A política, portanto, não busca a eliminação do conflito, mas, ao contrário, busca reconhecê-lo como condição de possibilidade de uma forma de vida em comum, organizando, desta forma, a coexistência humana (Mouffe, 2015).

Essa abordagem teórica inovadora proposta por Laclau e Mouffe, sustentada em uma matriz epistemológica pós-estruturalista e pós-fundacionista, vem sendo mobilizada em diferentes áreas do conhecimento, tal como destacam Costa, Coelho e Marques (2025, p. 4):

a TD tem se mostrado uma potente ferramenta teórica e metodológica para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos contemporâneos. Sua entrada em diversos campos do conhecimento, como a Sociologia, a Ciência Política, a Educação, a Administração, entre outros, se deve à sua capacidade de oferecer novos caminhos explicativos diante da complexidade da realidade social, desafiando concepções tradicionais da política e propondo perspectivas analíticas inovadoras.

Cabe destacar que Laclau e Mouffe, diferentemente de Bourdieu, não propuseram uma teoria sobre ciência. Essa transposição do cabedal teórico da Teoria do Discurso para pensar as relações características do campo científico é uma proposta suscitada por Coelho (2020, 2021) e tomada como pressuposto neste trabalho. Feita esta ressalva, é com base no modelo teórico da Teoria do Discurso que é possível definir ciência como discurso, posto que o campo científico pode ser considerado um sistema organizado de diferenças. Ciência, nesse sentido, pode ser definida como

«a totalidade estruturada resultante das práticas articulatórias» (Laclau e Mouffe, 2015, p. 178). Conforme Coelho (2020, p. 104), essas diferenças nada mais são do que «as áreas (disciplinares) (elementos) dispersas no campo científico. Cada uma delas constituindo lógicas discursivas que buscam preencher e consolidar seus espaços políticos e epistemológicos».

Como já ressaltado em trabalhos anteriores (Coelho, 2020; Coelho, 2021), o alcance epistemológico, teórico e metodológico da Teoria do Discurso, a fim de analisar a ciência enquanto discurso, tem se mostrado bastante promissor no âmbito da Sociologia da Ciência. Ainda são poucos os trabalhos que admitem, de fato, a dimensão pós-fundacionista sobre a relação ciência e sociedade (Coelho, 2020), tampouco em relação à utilização da Teoria do Discurso para tal. Tem sido um desafio importante para aqueles que analisam a ciência aceitarem a debilidade dos fundamentos últimos e universais, das verdades totalizantes e absolutas e da falta constituinte de todo pressuposto que se diz verdadeiro, sobretudo na própria ciência. Talvez, assumindo estes pressupostos considerados um tanto quanto «radicais», complexos e desconstrutivistas, «a sociologia da ciência possa avançar —em direção a uma mais particularizada compreensão das relações de natureza complexa que constituem a ciência como um fenômeno sociológico a ser investigado» (Coelho, 2020, p. 111).

Portanto, à luz do referencial teórico de Laclau e Mouffe, a ciência também pode ser observada como um espaço de lutas, mas não apenas uma luta para manter ou galgar uma posição mais elevada em busca de maior prestígio; mas uma disputa política pela fixação de sentidos, um ambiente marcado por lutas e articulações que constroem hegemonia.

Considerações Finais

Ciência é campo e, conseqüentemente, discurso. Logo, a intenção deste artigo foi a de demonstrar em que medida as teorias sobre campo científico de Bourdieu e a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe se aproximam no que diz respeito à compressão da ciência como um espaço marcado por conflitos em torno de poder e hegemonia. Entende-se que o diálogo entre esses dois potentes modelos teóricos pode ser de grande valia para trabalhos futuros, cujas análises estejam voltadas para o campo científico e suas complexas relações, contribuindo, assim, aos estudos no âmbito da sociologia do conhecimento e da ciência.

Ao propor uma visão baseada na perspectiva discursiva do social, Laclau e Mouffe deslocam a análise das estruturas objetivas para os processos de significação e disputas de sentido. Este é um modelo teórico que se aproxima da teoria de Bourdieu, especialmente em relação às disputas simbólicas em torno de consagrar «alguma verdade absoluta», verdades

estas que, na Teoria do Discurso, são marcadas pela finitude, contingência e precariedade.

Nesse sentido, afirma-se que o diálogo entre Laclau, Mouffe e Bourdieu reside no fato de que eles se complementam em relação à consideração da ciência como espaço de lutas em torno de poder e hegemonia. A autoridade científica pela qual os agentes do campo científico conflitam entre si pode ser considerada como o processo de produção hegemônica. Entende-se, a partir de Laclau e Mouffe, que as tensões constituintes da ciência em torno dos processos de hegemonia transbordam a rigidez e estabilidade das estruturas, sobretudo se se considerar a contingência dos deslocamentos discursivos no processo instável de produção de sentidos no campo da discursividade. As disputas entre disciplinas científicas sobre quem pode falar sobre mudanças climáticas, quem tem autoridade (bens simbólicos) para tal, por exemplo, são um processo conflitivo de preencher sentido para determinado discurso sobre mudanças climáticas. A definição de «ambiente» para as ciências da natureza e para sociologia configura uma tensão entre discursos, os quais almejam que suas verdades sejam estabelecidas como absolutas. Isso nada mais é do que a própria definição de Bourdieu sobre autoridade científica.

Ao fim e ao cabo, mediante as aproximações até aqui mencionadas entre as teorias de Bourdieu e Laclau e Mouffe, ambas possuem grande capacidade para se complementarem na própria diferença entre elas. A Teoria do Discurso, conclui-se, oferece uma chave teórica e epistemológica antiessencialista, com importante potencialidade para avançar na teoria do campo científico a partir da crítica que esta última faz à estabilidade e à fixação das estruturas, especialmente com seu olhar nos processos de ruptura, contingência, precariedade, construções de sentido, deslocamentos e formação de discursos hegemônicos em torno de significantes articulados, cujo objetivo é preencher o vazio constitutivo do social. O modelo teórico de Laclau e Mouffe levanta a possibilidade de a Sociologia da Ciência compreender as disputas que reconfiguram sentidos, tal como preconiza, a sua maneira, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu.

Contribución de autoría

Everton Garcia da Costa, Gabriel Bandeira Coelho y Alice Hübner Franz participaron en todas las fases CRediT.

Fuente de financiamiento

Autofinanciado.

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, J. (1987). O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2*(4).

Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. [P. Montero, trad.]. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2/3*, 88-104. <https://cienciatecnosociedade.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>

Bourdieu, P. (2013). O campo científico. Em R. Ortiz (org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Olho d'Água.

Coelho, G. B. (2020). *Lutas por hegemonia: articulações discursivas na sociologia ambiental nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares de excelência em Ciências Ambientais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213009>

Coelho, G. B. (2021). A teoria do discurso como base epistemológica de compreensão para a sociologia da ciência: aportes sobre a (des)fundamentação e a desconstrução das verdades absolutas. *Sociologias, 23*(58), 326-358. <https://www.scielo.br/j/soc/a/3yTQ4WpgbMZf8pKFckJzCkXk/?format=html&lang=pt>

Costa, E. G., Coelho, G. B. e Marques, M. de S. (2025). Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate. *Sociologias, Porto Alegre, 27*, e148501. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/148501/96707>

Costa, E. G., Waltter, L., Gonçalves, L. y Boldt, N. (2023). Videogames e violência: um antigo (mas persistente) debate. *Policromias, Rio de Janeiro, 8*(3), 124-157. <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/60858/39728>

Ferguson, C. (2007). The good, the bad and the ugly: A meta-analytic review of positive and negative effects of violent video games. *Psychiatric Quarterly, 78*(4), 309-316.

Fleck, L. (1981 [1935]). *Genesis and Development of a Scientific Fact*. University of Chicago Press.

Franz, A. H. (2024). «Eu luto e não me rendo, caio e não me vendo»: a articulação do movimento hip-hop como possibilidade de resistência ao discurso da economia criativa em Florianópolis/SC. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/264244/PCAD1237-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Laclau, E. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Nueva Visión.

Laclau, E. (2016). Desconstrução, pragmatismo, hegemonia. Em C. Mouffe (org.), *Desconstrução e pragmatismo* (pp. 77-106). Mauad X.

Laclau, E. e Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista. Por uma política democrática radical*. Intermeios.

Lopes, A. C. (2017). Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. Em D. Mendonça, L. P. Rodrigues e B. Linhares (orgs.), *Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar* (pp. 109-127). Intermeios.

Lopes, A. C. (2018). Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. Em A. C. Lopes, A. L. Oliveira e G. Oliveira (orgs.), *A teoria do discurso na pesquisa em Educação* (pp. 133-168). Editora de UFPE.

Mendonça, D. (2014). Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. Em D. Mendonça e L. P. Rodrigues (orgs.), *Pós-estruturalismo e teoria do discurso. Em torno de Ernesto Laclau* (pp. 27-38). Editora da PUCRS.

Mendonça, D. e Rodrigues, L. P. (2008). Em torno de Ernesto Laclau. Em D. Mendonça e L. P. Rodrigues (orgs.), *Pós-estruturalismo e teoria do discurso. Em torno de Ernesto Laclau* (pp. 25-34). Editora da PUCRS.

Mouffe, C. (2003). *La paradoja democrática. El peligro del consenso en la política contemporánea*. Gedisa.

Mouffe, C. (2015). *Sobre o Político*. Editora WMF.

Panizza, F. (2021). Prólogo. Em D. de Mendonça e B. de F. Linhares (orgs.), *Teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Implicações teóricas e analíticas* (pp. 7-22). Intermeios.

Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Autêntica.

Everton Garcia da Costa é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Games, Cultura e Sociedade (GamePesq).

Gabriel Bandeira Coelho é professor do Departamento de Sociologia, atuando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Mestrado Profissional de Ensino em Saúde, ambos na UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa IdAD/Sociologia/UFRGS

Alice Hübner Franz é professora substituta da área de Administração na Universidade Federal do Rio Grande campus Santa Vitória do Palmar. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas (2019). Graduada em Administração pela Universidade Católica de Pelotas (2016). Membro do Grupo Observatório da Realidade Organizacional (UFSC).

Recepción: 30/9/2025

Aceptación: 16/1/2026